



EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 010/2019

PROCESSO Nº 114/2019

A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, situada na Praça das Palmeiras, nº 55, torna público que se encontra aberta a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, que será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Constituem partes integrantes do presente edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Proposta;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Inidoneidade;
- Anexo III – Croqui do Local;
- Anexo IV – Minuta de Contrato.

1. DO OBJETO

1.1. Concessão de uso de espaço físico nas dependências do Terminal Rodoviário do Distrito de Alfredo Guedes, para exploração da atividade de lanchonete, café e afins, visando a comercialização, no mínimo, dos produtos especificados, podendo ampliar o atendimento do estabelecimento com a inserção de outros produtos, desde que autorizado pela Prefeitura.

1.1.1. A concessionária ficará responsável por manter limpas e higienizadas as dependências destinadas ao estabelecimento e os sanitários existentes no lado externo, responsabilizando-se pelo fornecimento de suprimentos e materiais de limpeza e desinfecção.

1.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da autorização por escrito da Diretoria de Cultura do Município, sendo prorrogado automaticamente, até o limite de **60 (sessenta) meses**, nos termos do Artigo 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, se não houver comunicação por escrito de nenhuma das partes.

1.3. O estabelecimento deverá ser mantido em funcionamento nos seguintes dias e horários: de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas, e aos sábados, das 08:00 às 12:00 horas.



1.3.1 O horário de funcionamento do estabelecimento somente poderá ser alterado mediante autorização por escrito da Secretaria da Vila de Alfredo Guedes e solicitado com antecedência pela concessionária.

1.4. A concessionária ficará obrigada a comercializar diariamente no estabelecimento, no mínimo, os seguintes produtos:

- a) Cafés, capuccinos e similares;
- b) Água mineral gasosa ou não gasosa (garrafas ou copos);
- c) Doces diversos devidamente acondicionados em embalagens seguras;
- d) Salgados fritos e assados;
- e) Lanches frios e quentes;
- f) Refrigerantes comuns e *diet*;
- g) Sucos de diversos sabores;
- h) Chás quentes e frios de vários sabores.

1.4.1. A comercialização de bebida alcoólicas somente poderá ocorrer mediante autorização por escrito da Prefeitura, que avaliará a oportunidade e a conveniência, visando a satisfação do interesse público.

1.5. A concessionária deverá fornecer produtos de qualidade e com absoluto rigor e observância às normas sanitárias de higiene, aparência e paladar.

1.6. Será proibida a comercialização de quaisquer substâncias psicoativas, estando a concessionária, em caso de descumprimento, sujeita a multa e rescisão do contrato.

1.7. Poderá a concessionária realizar, às suas expensas, as adequações físicas que entender convenientes para melhorar as condições de atendimento no estabelecimento comercial, desde que estas não interfiram no perfeito funcionamento do prédio, que estejam em consonância com a arquitetura do prédio, e desde que sejam autorizadas pela Prefeitura. Tais benfeitorias serão feitas às expensas da concessionária e integrarão o patrimônio da Prefeitura Municipal, não gerando qualquer direito de indenização à concessionária e não podendo ser retiradas ao final da concessão.

1.8. O valor mensal mínimo da concessão estabelecido para a presente licitação é de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO



2.1. Poderão participar da presente licitação todas as **pessoas físicas ou jurídicas** interessadas que atenderem as exigências deste edital.

2.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não estejam regularmente estabelecidas no País, nem aqueles que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Administração Pública.

2.3. Ficam impedidos de participar da presente licitação todas aquelas pessoas, físicas ou jurídicas, que se enquadrem nas situações constantes do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, bem como quaisquer empresas que possuam membros do poder legislativo municipal como proprietários, controladores ou diretores (artigo 12 da LOM) ou servidores públicos municipais como diretores ou integrantes de conselho da empresa (artigo 96, § 3º da LOM), ou que possua servidor que exerça atividade de gerência ou administração da empresa, nos moldes do artigo 137, inciso XIV da Lei Municipal nº 3.660/06.

3. DA ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

3.1. Os envelopes, instruídos de acordo com as exigências deste edital, deverão ser entregues no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista, sito à Praça das Palmeiras nº 55 – Andar Térreo, **até as 09h00 do dia 10 de junho de 2019, impreterivelmente.**

3.2. Os interessados em participar da presente licitação deverão apresentar, até a data e horário estabelecidos, **dois envelopes fechados e indevassáveis** contendo, respectivamente, a documentação para habilitação e proposta financeira, com os dizeres **“Concorrência nº 010/2019”**, com o nome, endereço completo e número de telefone do proponente, contendo os documentos para habilitação e proposta.

3.3. No caso do licitante ser **pessoa física**, o **envelope de nº 01** (habilitação) deverá conter cópias simples dos seguintes documentos:

- a) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- b) Documento de Identidade com foto;
- c) Comprovante de residência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000 – Fax (14) 3263-0040

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

4

- d) Comprovante de situação cadastral regular com a Fazenda Pública Federal (referente ao CPF);
- e) Comprovante de regularidade junto à Fazenda Pública Federal e Dívida Ativa da União (Certidão de Débitos referente ao CPF);
- f) Declaração expressa de não ter recebido desta Prefeitura Municipal ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta, em âmbito Municipal, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em Licitação e ou impedimento de contratar com a Administração, assim como não ter recebido declaração de **INIDONEIDADE** para licitar e ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

3.4. No caso da licitante ser **pessoa jurídica**, o **envelope de nº 01** (habilitação) deverá conter cópias simples dos seguintes documentos:

- a) Certidão atualizada do registro comercial (declaração de firma individual) no caso de empresa individual ou cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração contratual, se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de comprovante da eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deverá apresentar decreto de autorização;
- b) Cartão de inscrição no CNPJ/MF;
- c) Comprovante de regularidade de situação para com a Fazenda Pública Municipal, quanto ao ISS;
- d) Comprovante de regularidade junto à Fazenda Pública Federal e Dívida Ativa da União;
- e) Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica proponente, expedida no prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- f) Prova de regularidade de situação junto ao FGTS;
- g) Declaração expressa do licitante de não ter recebido desta Prefeitura Municipal ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta, em âmbito



Federal, Estadual e Municipal, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em Licitação e ou impedimento de contratar com a Administração, assim como não ter recebido declaração de **INIDONEIDADE** para licitar e ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

3.4.1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

3.4.2. Nas certidões e demais documentos emitidos por órgãos ou instituições de direito público, será considerado como prazo de validade, o limite de data expresso no próprio corpo do documento. Na ausência de tal limite, serão considerados como válidos os documentos emitidos em até 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação da proposta.

3.5. O **envelope de nº 02** deverá conter a proposta de preço, devidamente assinada, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, com oferecimento do **valor mensal para a concessão** do imóvel objeto da presente licitação, o qual não poderá ser inferior ao valor mínimo estabelecido neste edital.

3.6. As propostas deverão conter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias.

3.7. As propostas não deverão conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

3.8. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. A abertura dos envelopes apresentados à presente licitação está prevista para ocorrer 10 minutos após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos e será realizada na presença de todos os proponentes que se encontrarem no local ou seus representantes credenciados.

4.2. Os fechos dos envelopes de nº 01 e de nº 02 deverão ser rubricados por todos os licitantes presentes.

4.3. Após a providência do item anterior, proceder-se-á a abertura do envelope de nº 1, que deverá também ter seu conteúdo rubricado por todos os licitantes presentes, proferindo-se desde logo o julgamento quanto ao conteúdo do referido



envelope.

4.4. Estando quaisquer dos envelopes de nº 1 de quaisquer licitantes em desconformidade com o edital, este será considerado inabilitado pela Comissão.

4.4.1. Estando presente o licitante inabilitado, conceder-se-á o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para eventual interposição de recurso, devendo constar da ata tal disposição. Caso o licitante inabilitado manifeste seu desinteresse pela interposição de recurso, deverá a Comissão lavrar o respectivo termo ou constar da ata tal manifestação, prosseguindo-se então à abertura dos envelopes de proposta.

4.4.2. Não estando presente o licitante inabilitado, proceder-se-á a sua notificação, concedendo-lhe o prazo para recurso acima citado.

4.5. Não sendo proposto qualquer recurso ou se este for denegado, deverá ser procedida à devolução do envelope de proposta do licitante inabilitado, mediante termo a ser juntado aos autos do processo licitatório.

4.6. A abertura dos envelopes de proposta financeira poderá ser realizada na mesma reunião, se não houver fato legal impeditivo. Caso contrário, a Comissão comunicará o dia e hora em que se procederá tal ato, decorridos os prazos de recurso.

4.7. Procedendo-se a abertura dos envelopes nº 2 (proposta), deverão ser rubricados todos os documentos constantes dos mesmos por todos os licitantes presentes ao momento da abertura.

4.8. Será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos em todas as fases da licitação, relatando-se os detalhes da mesma.

5. DO JULGAMENTO

5.1. As propostas, bem como as impugnações, se houverem, serão submetidas à apreciação da Comissão Julgadora de Licitações, a qual por sua vez procederá análise minuciosa, e em seguida proferirá sua decisão, observando o que se segue.

5.2. Serão desclassificadas as propostas cujo preço for inferior ao estabelecido no presente edital.

5.3. O critério de julgamento das propostas será o de **maior oferta mensal** para a



concessão.

5.4. Em caso de empate, será efetuado sorteio entre os licitantes empatados.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. Após a adjudicação o licitante vencedor terá o prazo de cinco dias úteis para a assinatura do contrato.

6.2. Quando o adjudicado não aceitar a contratação dentro do prazo e condições estabelecidos, ele decairá do direito à mesma e estará sujeito às penalidades previstas neste edital, sem prejuízo de outras penalidades legais.

6.3. Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura poderá convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços.

6.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se no primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura, sendo prorrogado automaticamente, até o limite de **60 (sessenta) meses**, nos termos do Artigo 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, se não houver comunicação por escrito de nenhuma das partes.

6.4.1. O valor da concessão mensal será reajustado após cada período de 12 (doze) meses de vigência, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

7. DAS RESPONSABILIDADES

7.1. Não poderá ser dado à área concedida destinação diversa da objetivada.

7.2. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade comercial a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários, devendo estes serem do mesmo padrão dos existentes nas demais dependências do prédio e/ou aprovados pela Prefeitura.

7.3. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do



imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

7.4. As benfeitorias citadas no item anterior, caso autorizadas, serão feitas às expensas da concessionária e integrarão o patrimônio da Prefeitura, não gerando qualquer direito de indenização à concessionária, e não podendo ser retiradas ao final da concessão.

7.5. A concessionária fica obrigada a iniciar as atividades no local no prazo máximo de **15 (quinze) dias** a contar do recebimento das chaves do imóvel.

7.6. Caso não possua, deverá a concessionária providenciar a inscrição do seu estabelecimento comercial junto à Prefeitura e também junto à Vigilância Sanitária e aos órgãos estadual e federal competentes, inclusive Corpo de Bombeiros, afixando em local visível os respectivos Alvarás de Funcionamento.

7.7. Ficará a concessionária obrigado a desocupar o imóvel no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o término da concessão.

7.8. Será expressamente proibido a sublocação do imóvel objeto da presente licitação.

7.9. No exercício de sua atividade comercial a concessionária deverá observar as seguintes regras e obrigações:

- a) Manter o estabelecimento em funcionamento nos horários estabelecidos;
- b) Praticar preços compatíveis com os preços usualmente praticados na região;
- c) Para a comercialização de bebida alcoólicas, quando autorizado pela Prefeitura, a concessionária deverá observar rigorosamente a proibição de venda a menores de idade;
- d) Manter limpas as dependências internas e externas do estabelecimento, e manter todos os equipamentos e mobiliários em perfeitas condições de higiene e conservação, disponibilizando cestos para coleta de lixo e recolhendo e acondicionando o mesmo em embalagens apropriadas e depositando-o no local de coleta;
- e) Não poderá manter em seu estabelecimento quaisquer tipos de aparelhos de jogos de azar, bem como não poderá promover competições de qualquer tipo de jogo de azar;
- f) Não poderá manter em seu estabelecimento quaisquer tipos de aparelhos de som/música, sem autorização por escrito da Prefeitura e solicitado com antecedência pela concessionária;
- g) A promoção de eventos e apresentações musicais somente poderá ser realizada mediante prévia autorização da Prefeitura;



- h) Proporcionar atendimento compatível com a demanda, disponibilizando empregados qualificados, em número suficiente, que atendam regularmente, devendo promover a substituição dos que não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços, aumentando o número de funcionários em dias de eventos, se necessário, de acordo com a demanda;
- i) Fornecer uniformes e EPIs aos seus empregados e cuidar para que se mantenham adequadamente uniformizados e em perfeitas condições de higiene e limpeza, no que se refere a roupas e higiene corporais, que atendam integralmente as exigências da Vigilância Sanitária;
- j) Manter às suas expensas e exclusiva responsabilidade, o quadro de pessoal, todos os encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários e quaisquer outros em relação aos empregados que mantiver no local para cumprimento do contrato;
- k) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos e quaisquer tributos e taxas que incidirem sobre a atividade desenvolvida;
- l) Responsabilizar-se por todas as despesas com telefone, fornecedores, pessoal, encargos sociais e previdenciários e consertos ou reparos em móveis, utensílios e instalações;
- m) Responsabilizar-se por todas as despesas com tarifas de água e esgoto e energia elétrica, quando o imóvel possuir medidores separados;
- n) Adquirir, transportar e instalar todos os materiais e serviços necessários à montagem e funcionamento do estabelecimento, bem como equipamentos, mobiliários e acessórios necessários, em perfeito estado de conservação, inclusive para acomodação dos clientes;
- o) Responsabilizar-se integralmente pela guarda e acondicionamento das mercadorias, materiais e equipamentos mantidos no local, ficando estabelecido que não caberá nenhuma responsabilidade à Prefeitura no caso de extravio, furto, etc;
- p) Permitir, a qualquer tempo, que a Prefeitura realize inspeções e fiscalizações de funcionamento, que poderá exigir e examinar documentos, solicitar explicações e determinar providências para melhor atendimento aos usuários;
- q) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Prefeitura, quanto à execução do contrato.

7.9.1. A concessionária poderá ampliar o rol de produtos a serem comercializados no estabelecimento, desde que autorizado previamente pela Prefeitura.

7.10. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados aos cidadãos, ao Município e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados ou prepostos, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo



da aplicação das demais sanções cabíveis.

8. DO PAGAMENTO DA CONCESSÃO

8.1. A concessionária deverá efetuar o pagamento mensal da concessão em **até 10 (dez) dias após o mês vencido.**

8.2. A concessionária terá uma carência para pagamento do valor da concessão nos 3 (três) primeiros meses de contrato.

8.3. Para efetuar os pagamentos a concessionária deverá comparecer ao Setor de Protocolos da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da respectiva guia para recolhimento em agência bancária.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal da concessão, caso o pagamento da concessão não seja efetuado no prazo estipulado;

c) Multa de 3 (três) vezes o valor mensal da concessão, caso a adjudicatária descumpra quaisquer cláusulas do edital e do contrato, ou caso o pagamento da concessão não seja efetuado por dois meses consecutivos;

d) Multa de 5 (cinco) vezes o valor mensal da concessão, caso a adjudicatária não aceite a contratação, salvo por motivo de força maior reconhecido pela Administração;

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

9.2. As sanções estabelecidas neste edital serão de competência exclusiva do(a)



prefeito(a) Municipal, facultada sempre a defesa da adjudicatária no respectivo processo.

9.3. Independentemente da aplicação das penalidades acima citadas e sem prejuízo das mesmas, a Administração poderá rescindir o ajuste, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A presente licitação poderá ser revogada em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sendo anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

10.2. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.3. A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista não se responsabilizará por documentação e propostas que, enviadas por via postal, não forem entregues no Setor de Licitações da Prefeitura até a data e horários aprazados.

10.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

10.5. A apresentação da proposta por parte do licitante, importa como plena aceitação de todas as cláusulas deste edital, inclusive quanto a forma de pagamento, estipuladas pelo mesmo;

10.6. É facultado à Comissão Julgadora de Licitações ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

10.7. As informações complementares encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista, a Praça das Palmeiras nº 55, no horário de expediente, e pelo telefone (14) 3269.7022/7088 ou e-mail licitacoes@lencoispaulista.sp.gov.br, independente do pagamento de taxas ou emolumentos.

10.8. As situações não contempladas por este edital são reguladas pelo disposto na



Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.9. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Comarca de Lençóis Paulista, com exclusão de qualquer outro.

E para que chegue ao conhecimento de todos, foi lavrado este edital, que vai publicado na forma da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Lençóis Paulista, 07 de maio de 2019.

JOSÉ DENILSON NOGUEIRA
Secretário de Suprimentos e Licitações



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2019

ANEXO I - PROPOSTA

Nome ou Razão Social da Proponente:	
CPF ou CNPJ:	Inscrição Estadual:
Endereço Completo:	CEP:
Cidade/UF:	E-mail:
Telefone:	Fax:

OBJETO	VALOR MENSAL DA CONCESSÃO
Concessão de uso de espaço físico nas dependências do Terminal Rodoviário de Alfredo Guedes, para exploração da atividade de lanchonete, café e afins.	R\$

RESPONSÁVEL PELO CONTRATO	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
E-mail:	

VALIDADE DA PROPOSTA: De acordo com o edital

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: De acordo com o edital

Declaro para os devidos fins, submeter-me incondicionalmente às prescrições do edital.

_____, ____ de _____ de 2019

assinatura



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

DECLARAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Ref: Concorrência nº 010/2019

O(A) licitante _____, CNPJ ou CPF nº _____, RG nº _____, estabelecida à Rua _____ nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, **D E C L A R A** para os fins previstos no edital da licitação supra mencionada, **não ter recebido** desta Prefeitura Municipal ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta, em âmbito Federal, Estadual e Municipal, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em Licitação e ou impedimento de contratar com a Administração, assim como não ter recebido declaração de INIDONEIDADE para licitar e ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

_____, ____ de _____ de 2019

assinatura